

# PRESENÇA DOS POVOS CIGANOS EM PERNAMBUCO NA CONTEMPORANEIDADE

Por Francisco de Assis (Chiquinho de Assis)<sup>1</sup>

Orientação de Renato Monteiro Athias<sup>2</sup>

Recife, abril de 2019.

Esse texto vem socializar uma experiência vivida entre 2012 e 2016 com algumas comunidades ciganas no estado de Pernambuco no período que trabalhávamos na Secretaria de Cultura do Estado na Coordenação para Povos Tradicionais e Populações Rurais enquanto articulador regional (técnico) e posteriormente coordenador. Como se deu dialogar com cerca de 14 comunidades da etnia Calon no Estado em 8 regiões de desenvolvimento.

Este relato tem a intenção de ilustrar um pouco a localização geopolítica dos povos ciganos bem como de seus costumes na contemporaneidade do estado de Pernambuco partindo da experiência em lócus no acompanhamento, direta e indiretamente, de ações nessas comunidades ciganas do Estado, respeitosamente não iremos dar nomes ou famílias que tivemos a oportunidade de dialogar. Para melhor análise e interpretação mais coerente a realidade desses povos nos ancoraremos nos estudos realizados por pessoas especialistas que se dedicam ao estudo desses povos, nestas temos nossas referências por terem e dialogar com os povos ciganos e servi para orienta nossa fala. Ainda bem que os estudos avançaram no tocante a dar lugar real de fato e de direito a esse povo.

No ano de 2013 a Secretaria de cultura de Pernambuco através da coordenação para povos tradicionais e populações do campo lançaram uma publicação ***NO TERRITÓRIO DA CULTURAS: A experiência da secretaria de cultura de Pernambuco com populações tradicionais e povos do campo***. Essa publicação foi resultado de cerca de dois anos de trabalho e diálogo com essas populações e povos, dentre eles os povos ciganos.

—

<sup>1</sup> Educador Social, Professor e Pesquisador do NEPE (Núcleo de Estudos e Pesquisa em Etnicidade) da UFPE

<sup>2</sup> Professor Drº do PPGA/UFPE e Coordenador do NEPE/UFPE

A pretensão da Coordenação Naquele momento era apenas ter um instrumento identificador das realidades culturais contextualizadas atuais dessas comunidades não havendo outro objetivo a não ser fazer um diagnóstico e levantamento de dados para execução de uma política cultural pautada em diálogo com os povos. Nosso trabalho durou até início de 2017, por isso, também, faremos um traçado histórico desse diálogo com início em 2012. Do período do lançamento da publicação ocorreram visitas a comunidade não inventariadas. Faremos um percurso e reflexão acerca de seus cotidianos, o como se moldam e se adaptam as realidades onde vivem. Como compõem e constrói lugares onde se estabelecem. Por isso as contribuições científicas acumuladas de pesquisadoras e pesquisadores nessa área nos ajudaram primeiramente em nosso lugar de fala de pessoa não-cigana, segundo nos orientando em nossas impressões de alguns dados extraídos da pesquisa.

Para tirar a invisibilidade o povo cigano e lhes dar uma visibilidade positiva porque por vezes quando ocorre alguma visibilidade é no mínimo pejorativa e/ou folclórica desde os degredados para o Brasil colônia Moonen (1996, p. 123) nos informa que “O primeiro documento Português que trata da vinda de ciganos para o Brasil data de 1574.” E em Pernambuco com registro em 1594 no livro “Denúncias de Pernambuco”. (MELO, 2008, p. 49).

Começando o caminho...

Para chegarmos as comunidades ciganas no estado foi fundamental o diálogo com entidades ligadas aos povos e populações tradicionais como ACIPE (Associação dos Ciganos de Pernambuco), FETAPE (Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco), APOINME (Articulação de Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo), MST, COMISSÃO ESTADUAL QUILOMBOLA, bem como alguns órgãos de gestões públicas (secretarias de assistências sociais, de saúde, de educação, etc.). Graças a essas entidades e nosso estreito diálogo com elas foi possível chegarmos as comunidades através de suas lideranças ciganas mostrando já uma relação de empatia entre ciganos e não-ciganos. Ocorreram resistências em alguns lugares com nossa presença, mas entendíveis por conta da chegada de um ente do estado propondo dialogar sobre construções de políticas onde não acontecia de forma direta. Essas resistências se deram quando a interlocução era por gestões públicas locais, isso justificando seus medos e receios de nossa aproximação. Num primeiro momento aplicava-se o inventário sociocultural esse documento continha 5 páginas para preenchimento de informações primárias e de dados tais como local, nome da liderança, profissão, número de famílias, tempo no local, etc. Além das descobertas acerca das expressões culturais desses povos também verificamos os espaços de moradias geralmente são próximas

as rotas de entrada e saída das cidades onde estão situados como rodovias, avenidas, com tudo ainda estando nas áreas periféricas nos levando a crer ser um elemento histórico indenitário um sentimento coletivo de rota rápida para suas necessidades migratórias mesmo estas sendo na contemporaneidade situações funcionais econômicas pois todas, sem exceção, estão fixas há décadas, mas algumas formas não são determinadas pela relação espacial geográfica simplesmente pelo sentimento “monadista”:

*Além disso, podemos afirmar que a história dos lugares pelos quais passaram, normalmente refere-se aos últimos lugares pelo qual estas famílias ciganas se assentaram, de modo que o discurso enredado pelos parentes tem um limite percorrido, ligado ao parentesco mais próximo e com o qual ainda acionam um vínculo. (MEDEIROS; BATISTA; GOLDFARB, 2014, p. 05).*

Nessas comunidades várias funções externas ao ambiente familiar de trabalho: mecânico, radialista, músico, motorista, artesã, cozinheira, comerciante, vereador, agricultor, vigilante, advogada, ambulante, negociante de animais, só para citar algumas. Os que nos chamou a atenção nessas frentes de trabalho foi algumas funções serem desempenhadas com suas identidades ciganas acionadas, ou seja, apenas pessoas não-ciganas sabem que são ciganos como por exemplo a função de radialista entrevistador de uma rádio FM onde o programa é de entrevista voltado para o mundo cigano no município de Itambé e o outro exemplo é no município de Petrolina ter um Vereador eleito pela comunidade cigana e ter seu sobrenome na campanha cigano. Nos evidenciando fenômenos contemporâneos das relações sociais desses povos com a comunidade não-cigana onde vivem. Significando uma posição confortável socialmente ao ponto de acionarem suas identidades coletivas de forma positiva não havendo mais a necessidade de invisibilidade étnica por conta de estigmas e preconceitos que foram lhe atribuídos historicamente. Outro fenômeno constatado foi alguns e algumas trabalharem em funções administrativas e serviços gerais em órgãos públicos de secretarias de assistências sociais e de saúde. Também serem evangélicos de igrejas neopentecostais, inclusive de cantarem em sua língua, o Chibi, e comporem músicas para a igreja. No processo da relação educacional nos espaços oficiais de ensino ainda é um local de conflito com as crianças e adolescentes por suas culturas e modo de vida, no entanto em Petrolina uma das mais velhas do grupo cigano visitado frequentava a escola de um dos netos mensalmente a convite da gestão da escola para realizar palestras com as turmas sobre a cultura cigana. Demonstrando um diálogo não conflituoso entre ciganos e não-ciganos, pelo menos nessa situação. Enquanto as expressões da identidade cultural constatamos a manutenção de suas vestes tradicionais em festas como casamentos, batizados, datas festivas e religiosas (São João, Padroeiras/os, Natal, Santa Sara Kalli, etc.). O comum do imaginário coletivo construído que a caracterização do povo cigano

de sua vestimenta é um comportamento de seu dia-a-dia, vimos muito mais essas vestes enquanto marca indelével para representações em espaços políticos externos ao mundo cigano, necessitando de um estudo mais aprofundado desse tema. As leituras de mãos pelas mulheres ciganas são corriqueiras, principalmente nas viagens comerciais. Teve uma cigana na Mata Norte falando sobre suas andanças realização de sua quiromancia, mesmo com a fala de seu filho e sua filha de que não haveria necessidades de fazer mais essas caminhadas, ela nos disse “vou morrer botando meus vestidos coloridos, ganhando meu dinheiro sagrado lendo as mãos das pessoas pelo mundo! Esse é minha vida, minha essência!”. Em outras duas comunidades visitadas ocorreram apresentações musicais, comidas e de danças tradicionalmente ciganas com vestes coloridas das mulheres e belíssimos dedilhado em violões por nossa presença. Também caracterizações para fotos para registro.

A metodologia se dava no primeiro contato via os agentes interlocutores, entidades e organizações representativas dos povos e populações tradicionais e do campo, de gestores municipais, depois contávamos por telefone para agendarmos uma visita para apresentação de nossas ações e marcava-se visitas técnicas. Nas visitas apresentava-se a coordenação e sua base de trabalho que consistia em quatro eixos: articulação, pesquisa, formação e difusão cultural. Após começa a aplicação do inventário, que eram perguntas semiestruturadas a luz das orientações antropológicas de aplicação de questionários com tempo médio de 3 horas para coleta das informações. O que ficou marcante foi a mesmas falas de indagações em todas as comunidades pesquisadas de “que vocês tem para oferecer pra nós!?”. Arraigada nessas falas ao mesmo tempo preocupações e obter respostas históricas e reparatórias de um povo rechaçado.

Bem, foram dez lideranças pesquisadas, sendo 8 homens e 2 mulheres, de 7 RD's\* do estado: Araripe, Itaparica, Pajeú, Agreste Meridional, Agreste Central, Mata Norte, e RMR. Identificado 90 famílias com aproximadamente 1162 pessoas. Além dessa pesquisa ocorreram visitas técnicas pós-publicação da pesquisa em 4 comunidades não inventariadas, mas identificado os mesmos dados primários das inventariadas, e no Sertão de Francisco e Agreste Setentrional, contabilizando mais 22 famílias com cerca de 160 pessoas. Ou seja, um total de 111 famílias com aproximadamente 1322 pessoas identificadas indiretamente a partir de dados primários, com média de 11 pessoas por família espalhadas em 9 RD's do Estado. São números expressivos considerando que foram coletados das e nas próprias comunidades ciganas. Numa outra etapa da ação foi de levar ações para essas comunidades, sejam elas de apoio institucionais a atividades próprias deles ou ações desenvolvidas pela Secretaria de Cultura do Estado tais

como atividades culturais durante o Festival de Inverno de Garanhuns – FIG\*\*, como também capacitação sobre o edital do Funcultura\*\*\*.

Pois bem, o sentimento e sentido geográfico desses povos é infinitamente maior quando se refere a sua área de atuação comercial. Tudo se torna uma extensão de seu “quintal, estendendo mais a metáfora, porque não precisa de “cerca”, mas sim de “chão” para pisar. No geral esses povos comercializam e negociam na mesma RD por conta residirem há décadas no mesmo local. No entanto a um desprendimento especial e temporal no tocante a comercialização em qualquer lugar que seja potencialmente lucrativo.

As fronteiras desses povos estão muito mais nas relações construídas e estabelecidas do que no campo geográfico. Por tanto são relações geográficas simbólicas balizadas pela confiança que acionam e fixa a identidade cigana nesses locais.

Bem, as informações dos inventários socioculturais desses povos são vastas, não cabendo aqui nesse texto fazermos suas devidas análises etnográficas, mas nos deixando direções para futuras publicações mais qualitativas. Em anexo segue um mapa das comunidades ciganos nos 29 municípios de 11 RD's no Estado identificadas a partir dos relatos nas comunidades visitadas.

Foi uma experiência magnífica possibilitada por uma gestão, que na época tinha sensibilidade e abertura ao diálogo com os povos, apostou numa construção de uma política que tinha como princípio dar voz e vez enquanto sujeitos de suas histórias. Por não perdemos o diálogo com povo cigano através de suas lideranças para colaborar na desconstrução de estigmas e preconceitos, e também, ajudar na formação de profissionais que por ventura venham a dialogar com as comunidades ciganas.

Esses dados e informações estão servindo para realizações de formações com profissionais da rede de educação do estado de Pernambuco numa parceria do NEPE com a Gerência de Educação do Campo juntamente com a Associação de Ciganos de Pernambuco. No ano de 2019 foram realizados encontros, seminário e oficinas com cerca de 270 profissionais da rede estadual.

---

\*Região de Desenvolvimento, forma administrativa geográfica do Estado.

\*\* Festival realizado pela Fundarpe/Secult e Prefeitura de Garanhuns há mais de 29 anos.

\*\*\* Lei de Incentivo à Cultura do Estado, DECRETO Nº 25.343, DE 31 DE MARÇO DE 2003.



## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

GUIMARAIS, M. T. S. **O Associativismo Transnacional Cigano: Identidades, Diásporas e Territórios.** Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia – FFLCH – Universidade de São Paulo, São Paulo 2012.

MEDEIROS, J. BATISTA, M. GOLDFARB, M. **Entre idas e vindas, como interpretar o fluxo cigano? discutindo as compreensões sobre diáspora e nomadismo.** Trabalho apresentado na 29ª RBA, realizada entre os dias 03 a 06 de agosto de 2014, Natal/RN.

MELO, E. “sou cigano sim!” – **Identidade e Representação: uma etnografia sobre os ciganos na região metropolitana do Recife-PE.** 2008. 142 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – CFCH, Universidade Federal de Pernambuco., Recife 2008.

MOONEN, F. A história esquecida do cigano no Brasil. UFPB/Saeculum II, Jul/Dez 1996.

SECRETARIA DE CULTURA DE PERNAMBUCO. **No Territórios das Culturas: a experiência da Secretaria de Cultura de Pernambuco com populações tradicionais e povos do campo.** Recife, 2013.